

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

E-SC SECRETARIA GERAL

Processo n.: @REC 23/00191371

Assunto: Recurso de Reexame contra o Acórdão n. 32/2021, exarado no Processo n. @PMO-

17/80083111

Interessado: Kleber Edson Wan Dall

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Gaspar

Unidade Técnica: DRR Acórdão n.: 15/2024

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 e 113 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000:

- **1.** Negar provimento ao Recurso de Reexame proposto pelo Sr. Kleber Edson Wan Dall Prefeito Municipal de Gaspar, com amparo no art. 80 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, contestando o Acórdão n. 32/2021, proferido na Sessão Ordinária de 03/02/2021, nos autos do Processo n. @PMO-17/80083111, para ratificar na íntegra a deliberação recorrida.
- **2.** Determinar a juntada de cópia eletrônica da peça recursal aos autos do Processo n. @PMO-17/80083111 a fim de que seja objeto de análise por parte da Diretoria de Atos de Pessoal (DAP) quanto ao cumprimento do Plano de Ação e das determinações em vigor.
- **3.** Dar ciência deste Acórdão ao Prefeito Municipal de Gaspar e ao responsável pelo Controle Interno daquele Município.

Ata n.: 2/2024

~ ~ ~ ~

Data da Sessão: 31/01/2024 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Conselheiro que alegou impedimento: Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Diogo Roberto Ringenberg Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

HERNEUS JOÃO DE NADAL Presidente LUIZ ROBERTO HERBST Relator

Fui presente: DIOGO ROBERTO RINGENBERG Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Processo n.: @REC 23/00191371 Acórdão n.: 15/2024 1